



Desigualdade de Renda nos EUA: Causas  
Históricas, Econômicas e Políticas.

Solomon Yoseff Torres

São Paulo  
Novembro de 2014

Solomon Yoseff Torres

Desigualdade de Renda nos EUA: Causas Históricas,  
Econômicas e Políticas.

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas,  
como requisito parcial para a obtenção do Grau de Bacharel  
do Insper Instituto de Ensino e Pesquisa.

Orientador: Prof. Vinícius de Bragança Müller e Oliveira

São Paulo  
Novembro de 2014

## **Resumo**

É amplamente difundido que o período pós-guerra nos Estados Unidos foi um período muito fértil, aonde a riqueza da nação foi amplamente partilhada (Krugman, 2007). Entretanto, a década de 1970 foi marcada como o ponto de inflexão para uma sociedade amplamente desigual, aonde os ricos detêm muito e os pobres pouco.

O presente trabalho objetiva analisar os principais motivos que tenham impulsionado a disparada da desigualdade de renda nos Estados Unidos a partir da década de 1970.

## Sumário

Introdução .....	4
Revisão Bibliográfica.....	6
Análise Histórica.....	9
Análise Econômica.....	13
Conclusão .....	20
Referências .....	21

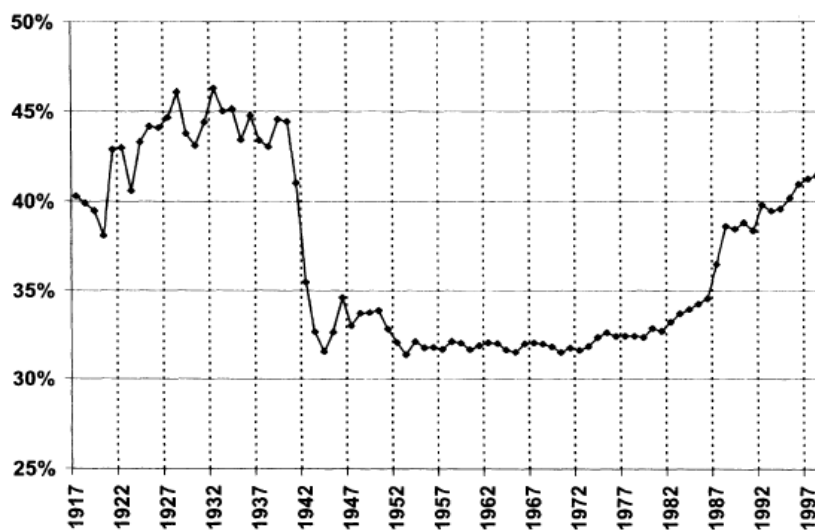
## Introdução

Quando quase metade da riqueza mundial é propriedade de apenas 1% da população, quando os mais de 3 bilhões de pessoas mais pobres possuem o mesmo rendimento que as 85 pessoas mais ricas, e 70% da população vive em países aonde a desigualdade econômica só se agravou nos últimos 30 anos, é sinal de que alguma coisa está errada na economia mundial. Esses dados são do relatório *Working for the few* (2014), divulgados no começo deste ano e que retratam a crescente e obscena face da desigualdade econômica mundial.

Em janeiro, no Fórum Econômico Mundial baseado em Davos na Suíça, a elite política e financeira mundial se reuniu para tratar os problemas e perspectivas da economia global. Lá, o grande tema em pauta foi a crônica disparidade entre ricos e pobres que está se ampliando e as decorrentes tensões sociais desse processo, aonde foi concluído que estes serão os problemas que mais impactarão a economia mundial na próxima década.

Diante desse contexto, os EUA, símbolo do progresso, da riqueza e da abundância é um dos países que mais sofre com esse problema. É evidenciado que essa variável está em níveis similares aos observados no período entre guerras, aonde os 10% mais ricos representavam entre 40% e 45% da riqueza norte-americana (Pikety e Saez, 2006). Entretanto, nos 25 anos após a Segunda Guerra Mundial a desigualdade de renda sofreu uma grande queda, quando esses 10% mais ricos representaram apenas 31% da riqueza do país. Porém, partir da década de 1970 essa variável sofreu uma grande escalada e agora está em níveis bem similares ao observado no entre guerras.

Figura 1. Representatividade dos 10% mais ricos na riqueza do país



Fonte: Piketty e Saez (2003)

O objetivo do presente trabalho é apontar os principais motivos para isso ter acontecido e discutir os possíveis fatores que tenham afetado a disparidade da desigualdade. Para isso, será feito uma análise histórica, econômica e política a partir da década de 70.

## Revisão Bibliográfica

De acordo com Morris e Western (1999), um dos primeiros autores a se atentar a questão da desigualdade de renda foi Simon Kuznets. Para ele, a desigualdade de renda diminui conforme o país se desenvolve economicamente. Assim, essa variável assume um formato de um U invertido. Em um primeiro momento, um país que começa a se desenvolver e passa de uma economia pré-industrial para industrial, enfrenta um aumento da desigualdade, causado pela questão da mobilidade urbana, quando a população começa a migrar para os grandes centros urbanos, trabalhando em empregos com baixos salários e fazendo os grandes capitalistas deterem cada vez mais riquezas, aumentando assim a disparidade de renda. Entretanto, a partir de certo nível de renda média, a sociedade começa a desenvolver um estado de bem-estar social, conseguindo diminuir essa desigualdade, exatamente como ocorrido nos Estados Unidos com *Welfare State*, e em diversos outros países desenvolvidos.

Blackburn e Bloom (1987) estudaram a concentração de renda nos Estados Unidos em termos do índice de Gini. Esse índice é um parâmetro internacional que mede a desigualdade de renda entre os países. Ele varia de 0 a 1, sendo que quanto mais perto de 1, mais o país sofre com concentração de renda. O estudo mostrou que esse índice sofreu uma grande escalada a partir do final dos anos 60, saindo de 0,395 em 1967 para 0,426 em 1985, evidenciando o claro aumento da desigualdade nesse período.

**Figura 2.** Coeficiente de Gini, 1967-1985

Ano	Coeficiente de Gini
1967	0,395
1968	0,389
1969	0,393
1970	0,406
1971	0,405
1972	0,404
1973	0,403
1974	0,393
1975	0,400
1976	0,410
1977	0,409
1978	0,402
1979	0,412
1980	0,392
1981	0,412
1982	0,414
1983	0,425
1984	0,416
1985	0,426
<b>Variação Percentual</b>	<b>7,8%</b>

**Fonte:** Blackburn e Bloom (1987)

Piketty e Saez (2006) desenvolveram uma base de dados inovadora por quebrar a renda da população entre (i) renda de capital e (ii) renda do trabalho, e conseguiram englobar dados de longo prazo, de 1917 a 2002. O resultado que chegaram é que a participação dos 10% mais ricos nos EUA tem um formato em U, contrastando com a visão de Kuznets. Durante o entre guerras, a participação deles fica em torno de 45%, caindo para 31% no período da II Guerra, e se torna estável nesse patamar até a década de 1970, quando começa a subir abruptamente até os momentos atuais, chegando a níveis próximos ao do entre guerras. Entretanto, ao quebrar esses 10% em (i) 1% superior, (ii) 5-1% superior e (iii) 10-5% superior, eles chegam à conclusão que as flutuações dos 10% é basicamente decorrente do percentil superior (1% superior). Outro ponto interessante apontado pelos autores é a composição da renda dos 0,01% mais ricos nos EUA. Até a década de 1960, a maior parte dela era proveniente de renda de capital. Porém essa tendência



se inverteu, fazendo com que a renda do trabalho (salário) tivesse o maior peso na renda desse grupo. Por que isso aconteceu? Quais seriam os principais fatores para que essas inversões de tendências tenham acontecido?

Morris e Western (1999) focam na questão sociológica da dinâmica do mercado de trabalho. Com isso, dividem a origem da escalada da desigualdade nos EUA em quatro categorias: (i) a mudança na demografia no mercado de trabalho, (ii) o impacto da reestruturação econômica, (iii) o papel das instituições e do contexto político e (iv) a dinâmica da globalização. Assim, discutem dentro desses grupos quais fatores de fato levaram ao aumento da desigualdade, e quais não necessariamente ajudaram nesse aumento.

## **Análise Histórica**

É um fato que a década de 1980 foi o momento que os níveis de desigualdade de renda começaram a aumentar significativamente, seguida pela década de 1990, aonde esses aumentaram ainda mais (Piketty e Saez, 2009). Não podemos deixar de lado o momento sócio-político dos Estados Unidos à época. Ronald Reagan assumiu a presidência em 1981, e, seguindo os movimentos de Margaret Thatcher, promoveu uma política neoliberal extensiva, advogando o *laissez-faire* e promovendo medidas que privilegiavam a minoria rica, como por exemplo, cortando drasticamente as alíquotas de imposto de renda e sobre o lucro da empresa (Krugman, 2007). Segundo Krugman (2007, p.189) “Ambas as medidas resultaram em benefícios amplamente desproporcionais a favor das famílias com renda mais alta, que, além de pagarem uma alíquota mais alta de imposto de renda, também possuíam a maior parte das ações, que foram valorizadas com a redução dos impostos empresariais.”.

De acordo com Jeffrey (2006), o início desse processo se deu com o Choque Volcker. Em 1979, Jimmy Carter, o então presidente dos EUA, deu a Paul Volcker o comando do Federal Reserve. Volcker, que era extremamente bem quisto pela comunidade financeira, resolveu um dos grandes problemas do país à época: a inflação. Entretanto, para isso elevou as taxas de juros do país de aproximadamente 10% para mais de 20%. Mesmo que tenha tido um efeito positivo nos preços, esse choque causou duas recessões consecutivas no país, reduziu a renda familiar em 10% e elevou o desemprego a 11% (Jeffrey, 2006, p. 397).

Entretanto, os juros mais altos fizeram com que o retorno do capital se elevasse drasticamente, fazendo com que os detentores de capital, e conseqüentemente a população mais rica, obtivessem lucros jamais antes vistos. Ao mesmo tempo, as classes mais baixas foram severamente prejudicadas, uma vez que, com a inflação estagnada, os empresários por já

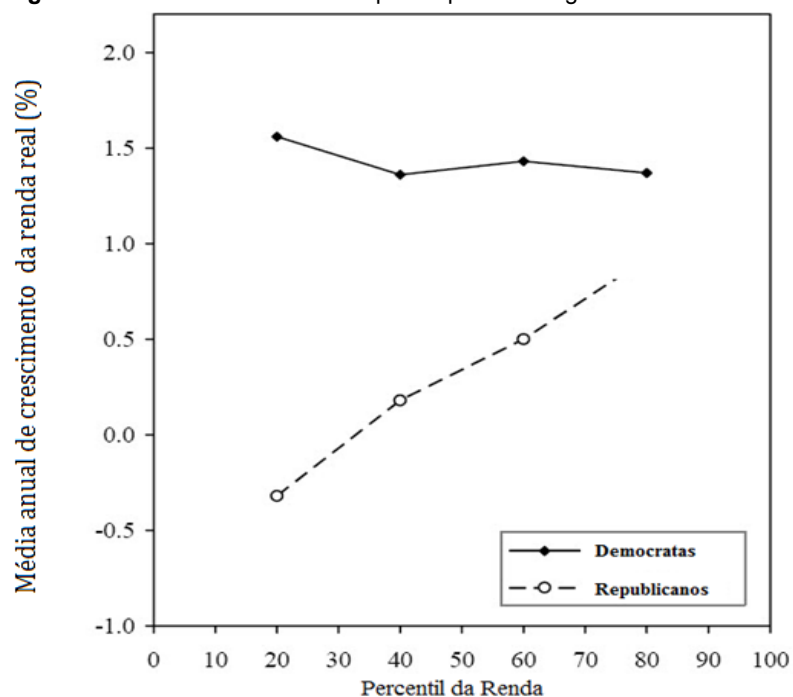
não mais poderem repassar o aumento de custos para o consumidor, retraíram os pagamentos aos trabalhadores. Além disso, com o aumento da taxa de juros, e conseqüentemente dos empréstimos feitos pelos empresários, esses economizavam em outros aspectos, muitas vezes com severos cortes na mão de obra. O resultado disso foi a diminuição do salário real dos trabalhadores norte-americanos em mais de 10% entre 1978 e 1982. Esse efeito teve um aspecto duradouro e devastador para os trabalhadores, uma vez que em 1993 o salário real estava 15% abaixo do praticado em 1978 (Jeffrey, 2006, p. 397).

Assim, quando Reagan assume o poder em 1981 os EUA já estavam claramente em um movimento que favorecia os mais ricos e desamparava as classes mais baixas. Entretanto, diversas medidas adotadas durante o governo Reagan acentuaram ainda mais esse cenário. A mais notável foi a drástica diminuição da taxa marginal de imposto sobre ganhos de capital, que passou de 70% para 38%. Essa medida, além de favorecer os mais abastados detentores de capital, teve um grande efeito para a população mais carente. No governo Reagan, o déficit governamental americano chegou ao maior nível durante um período de paz, muito por conta das quedas das alíquotas e do aumento dos gastos com armamentos. Isso motivou o senado a cortar e limitar diversos programas assistencialistas, comprometendo a qualidade de vida de milhares de americanos que se beneficiavam com eles. Outro ponto que impulsionou a disparidade de renda foi a onda de privatizações que aconteceu durante esse período, possibilitando que os detentores de capital lucrassem ainda mais, além de permitir que as grandes empresas se tornassem ainda maiores.

De acordo com Krugman (2007), a partir dos anos 1970 houve uma grande polarização na política norte-americana. Os republicanos se radicalizaram para a direita, apoiando políticas que promoveram a desigualdade, como o ataque aos sindicatos, redução do poder de barganha do trabalhador, redução do imposto de renda, e o relaxamento das restrições políticas e sociais que limitavam os enormes salários de altos executivos.

Para Larry Bartels (2009), o agravamento das diferenças econômicas entre as classes sociais americanas está intrinsicamente relacionadas com o partido político do presidente no poder. Realizando um estudo desde a posse do presidente Eisenhower (1953) até o presidente Obama, o autor revela que nos períodos em que o presidente foi republicano, a desigualdade de renda aumentou, enquanto que nos períodos de executivos democratas, essa variável se contraiu, com exceção do mandato Jimmy Carter (1977-1981), aonde a desigualdade se agravou.

**Figura 3.** Crescimento da renda pós-impostos em governos Democratas e Republicanos



Fonte: Bartels (2009)

Bartels argumenta que os governos democratas focaram seus esforços em políticas mais populares, como aumento de empregos, elevação do salário mínimo e crescimento econômico, que beneficiaram desproporcionalmente famílias pobres e de classe média, enquanto os republicanos se preocuparam mais com o controle da inflação, tomando medidas que beneficiaram as classes mais altas da economia americana, além de cortes drásticos nas alíquotas de imposto, especialmente a partir do governo Reagan (1981-1989).

## **Análise Econômica**

A análise econômica ortodoxa sustenta que o aumento da desigualdade de renda a partir do final da década de 1970 muito se deve ao fato de que o desenvolvimento tecnológico aumentou a demanda por trabalhadores com graus de instrução cada vez mais altos, fazendo com que seus salários se elevassem, agravando a distancia salarial de trabalhadores com menores graus de instrução. Além disso, sustentam que o aumento da informatização levou à ampliação tanto de cargos com altíssima remuneração, quanto de baixíssima remuneração, agravando a distancia salarial dentro da população, num processo chamado de “polarização de empregos”.

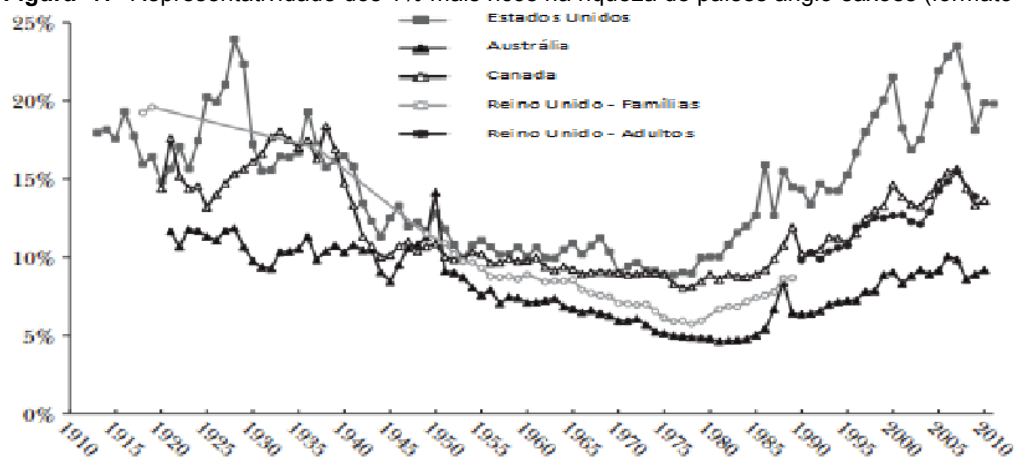
Entretanto, Mishel, Shierholz e Schmitt (2013) argumentam que essa visão não explica de fato a questão da crescente desigualdade de salários nos Estados Unidos. De um lado, cargos com alta remuneração não se expandiram desde 2000, e de outro, cargos com baixa remuneração também não aumentaram sua participação no montante total de empregos desde 1979. Além disso, a explicação ortodoxa parte da ideia de um “prêmio por educação”, aonde trabalhadores com maior nível educacional capturam os benefícios do progresso tecnológico. Todavia, Mishel et. al sustentam que esse “premio por educação” cresceu muito menos que a desigualdade de renda desde 1990, além de que o salário de graduados na economia americana ficou estável nos últimos dez anos, mesmo entre as áreas de tecnologia, engenharia e matemática, setores que supostamente deveriam se beneficiar ainda mais desse processo de informatização da economia.

Outro estudo, realizado por Mishel, Bivens, Gould e Shierholz (2012) argumenta que as causas da desigualdade no país são de cunho político e econômico, e não tecnológico. A perda de força dos sindicatos, a queda do valor real do salário mínimo e os efeitos da globalização impactaram fortemente nos salários dos trabalhadores, cultivando a desigualdade de renda.

Uma maneira interessante de se analisar a escalada da desigualdade é comparar esse fenômeno nos Estados Unidos com países de desenvolvimento semelhante. De acordo com a OCDE (2011) os EUA tem o maior nível de desigualdade entre os países desenvolvidos. Um estudo realizado por Alvaredo, Atkinson, Piketty e Saez (2013) compara diversos países desenvolvidos, chegando à conclusão que os Estados Unidos são o país que mais produziu desigualdade nas últimas décadas.

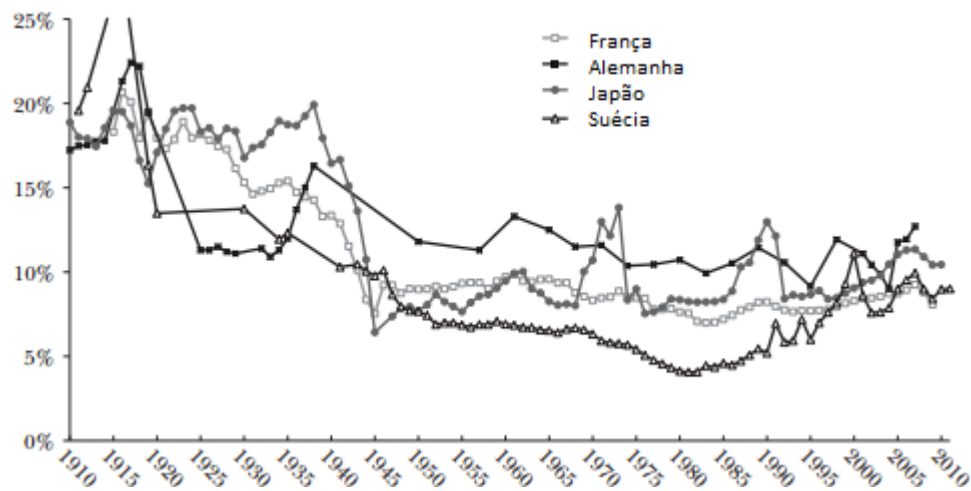
Nesse estudo, os autores focam nos 1% mais ricos e a sua participação na riqueza nacional. Enquanto o percentil de 5-1% mais ricos aumentou sua participação em 3 pontos percentuais entre os anos de 1976 e 2011, os 1% mais ricos aumentaram 11 pontos percentuais, saltando de 9% da riqueza nacional para 20%, uma elevação de 122%. Assim, os autores estudam a participação do 1% mais ricos em 8 países desenvolvidos entre 1910 e 2010, separando em (i) países anglo-saxões (EUA, Reino Unido, Austrália e Canadá) e (ii) França, Alemanha, Suécia e Japão. Nos países do grupo (i), como mostra a figura 4, vemos claramente uma curva em formato de U. Entre 1980 e 2007, enquanto que nos EUA e Reino Unido a variação foi de 135%, Austrália e Canadá experimentaram uma variação de 105% e 76%, respectivamente. Já no grupo (ii), a figura 5 mostra uma curva em formato de L, aonde a partir do pós-guerra essa variável se manteve relativamente constante até os tempos atuais, evidenciando uma maior igualdade econômica nesses países.

**Figura 4.** Representatividade dos 1% mais ricos na riqueza de países anglo-saxões (formato em U)



Fonte: Alvaredo et. al.

**Figura 5 .** Representatividade dos 1% mais ricos em países europeus e no Japão (formato em L)



Fonte: Alvaredo et. al.

Como explicar essa grande divergência em países ricos, com níveis similares de tecnologia e produtividade? Além disso, como explicar a grande queda nessa variável no pós-guerra?

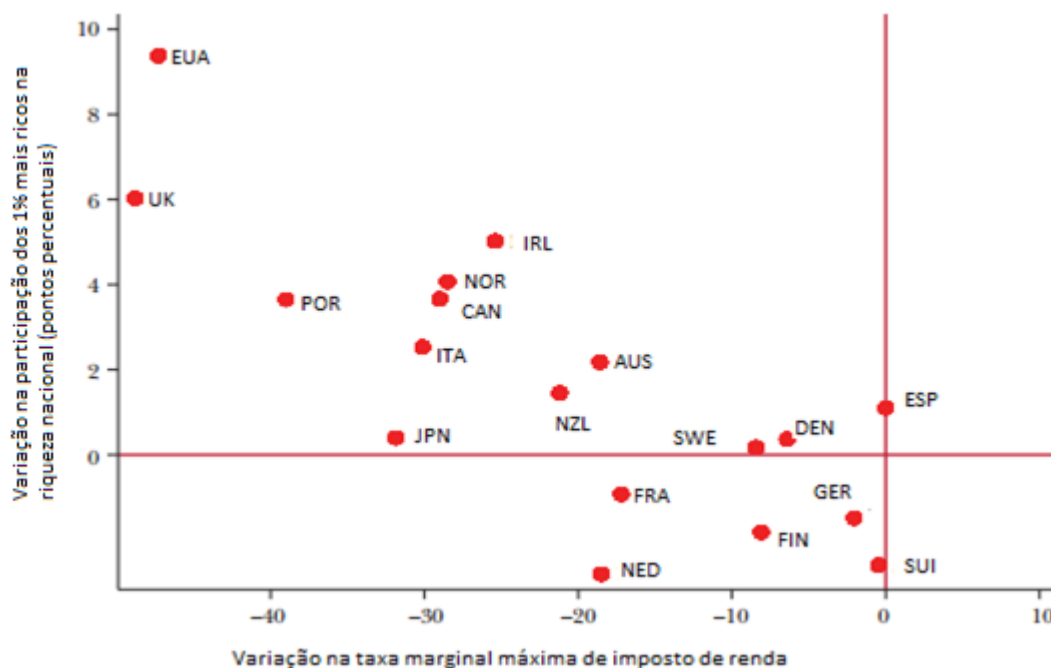
As políticas econômicas implementadas nos países é de suma importância para entender essa questão. Os países do grupo (i) adotaram medidas neoliberais muito mais rigorosamente que os países do grupo (ii), especialmente EUA e Reino Unido, que foram seus principais propagadores, influenciando o resto do mundo, e principalmente outros países anglo-saxões, como o Canadá e a Austrália. Dentre as políticas econômicas, os autores sustentam que as diferentes políticas de taxaço, entre países e durante o tempo, ajudam a responder essas questões.

Durante o século XX a taxa marginal máxima dos impostos sobre o rendimento seguiram uma tendência de um U invertido. Nos EUA, essa variável se manteve acima de 60% entre 1932 e 1981, quando começou a declinar, chegando ao nível de 30% nos tempos atuais. Porém, enquanto que na França essa alíquota está apenas 10% abaixo do nível observado em 1950, nos EUA esse valor decaiu para menos da metade.



Com isso em mente, o estudo propõe estudar a correlação entre as variações percentuais de alíquota de imposto máximo e as variações percentuais na participação do 1% mais ricos na riqueza nacional, a partir de 1960 em 18 países da OCDE. Nisso, chegam à figura XX, que mostra uma forte correlação entre redução das alíquotas e aumento da participação em praticamente todos os países do estudo. Nos EUA essa correlação foi fortíssima, aonde houve um aumento de 10 pontos percentuais na participação dos mais ricos, e uma redução drástica de 47 pontos percentuais nas alíquotas de impostos para os mais ricos. Já em países como Alemanha, Espanha e Suíça, aonde as alíquotas praticamente não tiveram alterações, consequentemente não houve uma variação significativa na participação dos mais ricos.

**Figura 6** . Variações na participação dos mais ricos e na alíquota máxima de imposto de renda a partir de 1960.



Fonte: Alvaredo et. al.

Com a evidente escalada nos níveis de desigualdade de renda não só nos Estados Unidos como na maior parte do mundo desenvolvido, o livro “O Capital no século XXI” (2014) colocou outro ponto na discussão sobre esse fenômeno. Thomas Piketty, seu autor, foi mais a fundo e sustentou que a

questão de desigualdade na sociedade moderna é estrutural e inerente ao capitalismo.

Tomando de partida a hipótese de Kuznets que a desigualdade ao longo do tempo teria a forma de um U invertido, Piketty realizou um trabalho exaustivo de coleta de dados acerca de tributos, heranças e salários, chegando à conclusão que, de fato, ocorreu o oposto: a desigualdade, que até 1970 apresentava um movimento de declínio, tornou a subir a partir da década de 80, chegando a um patamar atualmente que mais se assemelha ao das sociedades altamente hierarquizadas do século XIX.

Sua teoria se baseia na ideia que o retorno do capital ( $r$ ) excede o crescimento da economia ( $g$ ). Quando  $r > g$ , o retorno dos lucros, dividendos, juros e outras rendas do capital crescem a taxas superiores que a produção e os salários, favorecendo a concentração de renda dos mais abastados detentores de capital.

A situação se deteriora quando analisamos também os mecanismos de acumulação. A concentração de renda permite a criação de grandes empresas e monopólios, que por sua vez experimentam lucros gigantescos. Boa parte desse lucro é passado aos grandes executivos através de “supersalários”. Esses permitem que a poupança deles exceda seu consumo, tornando essa sobra um capital, e seus detentores, capitalistas. Investindo esse capital, esses crescerão suas fortunas a taxas superiores que a produção e o salário dos trabalhadores, agravando a concentração de renda. Assim, cada vez mais as elites, representadas pelos grandes capitalistas, herdeiros e executivos de alto escalão, se distanciam da massa populacional.

O horizonte disso, segundo Piketty, não é animador. Com o aumento da concentração de renda advinda do capital, sua influência sobre a política, legislação e economia tende a crescer. Com medidas governamentais e institucionais pró-acumulação, as economias modernas tendem a cada vez mais se tornarem desiguais.

Essas medidas foram evidenciadas nos governos mais liberais e conservadores norte-americanos. Com Reagan no poder, a desregulamentação do mercado financeiro, a diminuição de impostos sobre ganhos de capital, renda, herança e medidas de privatizações foram unânimes em beneficiar as elites em detrimento da massa populacional. O aumento dos “supersalários” foi consequência direta da redução dos impostos e da desregulamentação do mercado financeiro por parte dos governos americanos a partir dos anos 1980. Piketty sustenta que em períodos de desregulamentação e liberalismo a tendência é de acúmulo de capital e aumento da desigualdade.

Entretanto, ao realizar uma crítica tão forte e direta ao sistema vigente, diversas fontes advindas dos setores mais conservadores da sociedade refutaram veementemente sua teoria.

Chris Giles, editor econômico do Financial Times, se contrapôs às ideias de Piketty, sustentando que o autor teria errado ao coletar os dados, e que se coletados acertadamente, a parcela de riqueza do 1% e 10% mais ricos da Grã-Bretanha estaria relativamente estável desde 1980. Assim, sustenta que as próprias fontes do autor não estariam de acordo com suas conclusões.

Apesar dessa crítica, as evidências para os achados de Piketty estão muito claros e difundidos nos anais econômicos. É unânime entre os economistas que a desigualdade de renda se elevou consideravelmente nos últimos 30 anos. O ponto da crítica de Giles é a desigualdade de riqueza, aonde a mensuração é muito mais complexa e passível de interpretações. Além disso, a crítica de Giles é voltada apenas para os dados de um dos quatro países que Piketty estuda com maior profundidade. Para Suécia, Estados Unidos e França, Giles não consegue tecer profundamente suas críticas.

Para Krugman (2014), não há dúvidas que a desigualdade de riqueza se elevou, e prova isso citando diversos outros estudos que coadunam com os

achados de Piketty. Com o aumento claro da desigualdade de renda, Krugman sustenta que a menos que os mais ricos tenham começado a poupar menos que a classe trabalhadora, é razoável admitir que o aumento na desigualdade de renda tenha levado ao aumento na desigualdade de riqueza.

Joseph Stiglitz (2014) não concorda totalmente com Piketty, e sustenta que a causa da crescente desigualdade de renda nos Estados Unidos é por conta do sistema político, que falha ao tentar assegurar a competitividade dos mercados e desenvolve regras que permitem às grandes corporações e conseqüentemente aos ricos explorarem a massa populacional. Com isso, chama o capitalismo vigente no país de “capitalismo ersatz”, aonde os ganhos econômicos são privatizados, porém as perdas são socializadas.

Assim, Stiglitz discorda com Piketty ao dizer que a desigualdade não é inerente ao capitalismo, e sim a esse sistema político produzido pelos ricos, que tentam a todo custo proteger sua influencia política e econômica. A desigualdade econômica gera a desigualdade política, que por sua vez agrava a desigualdade econômica, se tornando um ciclo perigoso à população. Conclui então que o livro de Piketty deveria se chamar “A democracia no século XXI”, mostrando que o problema não é o capitalismo per si, e sim as modificações feitas em favor aos mais ricos.

Acemoglu e Robinson (2014) discordam da teoria de Piketty e sustentam que a causa para a desigualdade de renda são as instituições que moldam os sistemas econômicos e políticos dos países. Para eles, Piketty erra ao não incluir as instituições em sua análise, que em ultima instancia determinam como os mercados funcionam e como os ganhos serão repartidos para a sociedade.

## **Conclusão**

A alarmante escalada da desigualdade de renda vem preocupando diversos estudiosos, que tentam explicar o porquê desse fenômeno estar acontecendo em pleno século XXI. O presente estudo tentou colocar uma visão mais heterodoxa ao assunto, sustentando que diversas políticas realizadas em solo norte-americano a partir da década de 1970 causaram uma desigualdade econômica muito acima aos observados em países com semelhante desenvolvimento econômico.

Quando o governo americano tomou medidas mais liberais em sua economia, relaxando a supervisão nos mercados, cortando alíquotas de impostos, elevando as taxas de juros de modo a frear a inflação, diminuindo as forças sindicais e cortando gastos governamentais assistencialistas, o resultado foi desastroso para as camadas mais pobres da sociedade, enquanto os mais abastados viram suas riquezas e rendimentos crescerem exponencialmente.

Se quisermos ter uma sociedade mais igualitária, seria de grande valia os formuladores de políticas públicas olharem para o passado e analisarem as medidas que permitiram que a desigualdade de renda galgasse para os obscenos níveis atuais, aonde os ricos cada vez detém mais, e os pobres, menos.

## Referências

FUENTES, Ricardo; GALASSO, Nick. Working For the Few. **Oxfam Briefing Paper**, Vol. 178, 2014

PIKETTY, Thomas; SAEZ Emmanuel. The Evolution of Top Incomes:A Historical and International Perspective. **American Economic Review: Papers and Proceedings**, Vol. 96 p. 200-205, 2006.

PIKETTY, Thomas; SAEZ Emmanuel. Income Inequality in the United States, 1913-1998. **The Quarterly Journal of Economics**, Vol. 118, p. 1-39. 2003.

BLACKBURN, McKinley L.; BLOOM, David. Earnings and Income Inequality in the United States. **Population and Development Review**, Vol. 13, num. 4 p. 575-609.

MORRIS, Martina; WESTERN, Bruce. Inequality in Earnings at the Close of the Twentieth Century. **Annual Review of Sociology**, Vol. 25 p. 623-657, 1999.

KRUGMAN, Paul; A consciência de um liberal. **Rio de Janeiro: Record**, 2007.

FRIEDEN, Jeffrey A.; Capitalismo Global. **Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed.**, 2006.

BARTELS, Larry; Unequal Democracy: The Political Economy of the New Gilded Age. **Princeton University Press**, 2014.

MISHEL, Lawrence; SHIERHOLZ Heidi; SCHMITT, John; Don't Blame the Robots: Assessing the Job Polarization Explanation of Growing Wage Inequality. **Economic Policy Institute**, 2014.

MISHEL, Lawrence; BIVENS, Josh; GOULD, Elise; SHIERHOLZ, Heidi; The State of Working America . **Cornell University Press**, 2014.

OCDE; Divided We Stand: Why Inequality Keeps Rising, 2011. Disponível em <<http://www.oecd.org/els/soc/49170768.pdf>> Acesso em 01/11/2014.

ALVAREDO, Facundo et al; The Top 1 Percent in International and Historical Perspective. **Journal of Economic Perspectives**, Vol. 27, p. 3-20, 2013.

PIKETTY, Thomas; Capital in the twenty first century. **Harvard University Press**, 2014.

GILES, Chris; Thomas Piketty's exhaustive inequality data turn out to be flawed; Disponível em <<http://www.ft.com/intl/cms/s/0/c9ce1a54-e281-11e3-89fd-00144feabdc0.html?siteedition=intl>> Acesso em 28/08/2014.

Krugman, Paul; Is Piketty All Wrong?; 2014. Disponível em <<http://krugman.blogs.nytimes.com/2014/05/24/is-piketty-all-wrong/>> Acesso em 28/08/2014.

STIGLITZ, Joseph; Democracy In The Twenty-First Century; 2014. Disponível em <<http://www.social-europe.eu/2014/09/democracy/>> Acesso em 01/09/2014.

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James A. The Rise and Fall of General Laws of Capitalism, **Harvard University Press**, 2014.